

# POLÍTICA E REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS: O CONFLITO ENTRE REPUBLICANISMO E MONARQUISMO NA IMPRENSA PORTUGUESA ACERCA DA REPÚBLICA BRASILEIRA

FRANCISCO DAS NEVES ALVES\*

## RESUMO

A mudança da forma de governo no Brasil seria profundamente debatida no seio da imprensa portuguesa do final do século XIX. A proclamação da República Brasileira serviria para sustentar intenso conflito discursivo entre as folhas republicanas e monarquistas que se digladiavam na defesa de transformações ou na manutenção do *status quo*. Este trabalho leva em conta dois estudos de caso, abordando uma folha republicana, *O Século*, e uma monarquista, o *Diário Ilustrado*.

**PALAVRAS CHAVE:** imprensa portuguesa, discurso, política, república, monarquia

## ABSTRACT

The change in Brazilian government was deeply debated in the Portuguese press of the late nineteenth century. The proclamation of the Brazilian Republic would sustain intense discursive conflict between the republican and monarchist newspapers which fought each other in defense of changes or maintenance of the status quo. This study takes into account two case studies, regarding a republican paper, *O Século*, and a royalist one, the *Diário Ilustrado*.

**KEYWORDS:** Portuguese press, discourse, politics, republic, monarchy

A mudança institucional ocorrida no Brasil a 15 de novembro de 1889, além de significar um momento de inflexão histórica na vida política brasileira, traria amplos reflexos, leituras, interpretações e metabolizações acerca do fato em variadas partes do mundo. Da quartelada que derrubou o governo monárquico constitucionalmente instituído ao movimento de rebeldia libertária e democrática que apeara do poder a anacrônica monarquia, foram variadas as formas de divulgação dos acontecimentos que cercaram a proclamação da República Brasileira. No contexto internacional, um dos países no qual maiores repercussões teve a alteração da forma de governo brasileira foi Portugal. As tradicionais e históricas ligações, as trocas comerciais e

financeiras e a grande colônia lusa no Brasil eram alguns dos tantos fatores que ligavam aqueles dois países monárquicos até o final de 1889.

Mas a república no Brasil traria marcas indelévels no seio da nação portuguesa. Agora os dois países passavam a ter formas de governo diferenciadas e os reflexos de tais discrepâncias não deixariam de ser notados, passando a contribuir a discussão da temática monarquia X república como mais um fator desagregador do já enfraquecido Estado monárquico luso que havia longa data vinha enfrentando graves crises. Naquele final de século, diversos grupos políticos atuavam em Portugal, havendo, entre as várias frentes em disputa, um significativo embate entre as forças monárquicas, defensoras do *status quo*, e as republicanas que ambicionavam a chegada ao poder através da mudança da forma de governo. Nessa linha, os fatos que cercaram o 15 de novembro de 1889, ainda que externos ao contexto português, serviram para aguçar ainda mais o confronto entre tais grupos.

A imprensa seria o grande catalisador dos confrontos discursivos que passaram a se estabelecer entre monarquistas e republicanos em Portugal. Os jornais se transformariam em verdadeiros arautos de tais conflitos, de modo que as informações, interpretações e opiniões expressas acerca da mudança institucional no Brasil passavam pelo crivo político-ideológico, e a maneira de noticiar aqueles acontecimentos revelava o prisma partidário de cada folha. Estabelecia-se então um conflito discursivo pelo qual cada periódico buscava legitimar e defender a sua causa, ao passo que intentava deslegitimar, desmentir ou desvalorizar as premissas estabelecidas pelas publicações adversárias. Assim, a república no Brasil passaria a ser imaginada pela imprensa lusa de acordo com uma perspectiva maniqueísta/dicotômica, vista como um malefício/benefício à sociedade brasileira, dependendo do ângulo pelo qual era retratada. Este ensaio realiza dois estudos de caso acerca das reações do jornalismo português diante dos episódios que marcaram os dois últimos meses de 1889, abordando uma publicação republicana, *O Século*, e uma monarquista, *o Diário Ilustrado*.

Na virada do século XIX, Portugal passava por uma série de dificuldades de ordem interna e externa, refletindo-se tais circunstâncias nas acirradas disputas pelos vários grupos de natureza político-partidária e ideológica<sup>1</sup>. Tais enfrentamentos encontrariam no jornalismo

---

<sup>1</sup> Acerca da vida política portuguesa nessa época, ver: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal – o terceiro liberalismo (1851-1890)*. Lisboa: Verbo, 1986. v. 9; e

um fundamental motor de difusão, ainda mais que nessa época a imprensa lusa passava por uma etapa de grande evolução quantitativa e qualitativa<sup>2</sup>. As manifestações de cunho político ganhavam cada vez mais terreno junto às folhas impressas que sustentaram uma série de conflitos discursivos em verdadeira batalha através das palavras. Desenvolvia-se então um discurso político como um ato de comunicação que concerne mais diretamente aos atores que participam da cena política, cujo desafio consiste em influenciar as opiniões a fim de obter adesões, rejeições ou consensos. Tal discurso leva à edificação de imaginários de filiação comunitária e dedica-se a construir imagens de atores e a usar estratégias de persuasão e de sedução, empregando diversos procedimentos retóricos<sup>3</sup>.

Nesse sentido, as construções discursivas de cunho político estão intimamente vinculadas à luta pelo poder, uma vez que a política constitui um dos lugares onde o discurso exerce, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes, pois o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que e pelo que se luta, o poder do qual os diferentes grupos pretendem se apoderar<sup>4</sup>. Desse modo, o objetivo do discurso político é vencer a luta através do jogo da desconstrução e reconstrução de significados, interpelando através da construção articulada de uma visão de mundo, refletindo-se assim, por meio das palavras, as idéias e atitudes. O discurso político está intimamente relacionado com o caráter de luta que a construção desse tipo de discurso envolve. Tal luta é o jogo do significado, é o jogo da construção do antagonismo, ou seja, cada discurso busca construir a sua visão de mundo em oposição à visão de mundo do inimigo e o antagonismo se constrói pelo esvaziamento do significado do discurso do outro<sup>5</sup>.

Desenvolvia-se então em Portugal de final dos oitocentos, no que tange ao debate entre monarquismo e republicanismo, um discurso

---

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. Oliveira. *Nova História de Portugal – Portugal e a Regeneração (1851-1900)*. Lisboa: Presença, 2004. v.10.

<sup>2</sup> Sobre a imprensa lusa de então, ver: CUNHA, Alfredo da. *Relances sobre os três séculos do jornalismo português*. Lisboa: Gráfica Santelmo, 1941; PEREIRA, A. X. da Silva. *O jornalismo português*. Lisboa: Tipografia Soares, 1895; MARTINS, Rocha. *Pequena história da imprensa portuguesa*. Lisboa: Inquérito, 1941; RODRÍGUEZ, Alberto Pena. *História do jornalismo português*. In: QUINTERO, Alejandro Pizarroso (Coord.). *História da imprensa*. Lisboa: Planeta, 1996, p. 351-396; TENGARRINHA, José Manuel. *História da imprensa periódica portuguesa*. 2.ed. Lisboa: Caminho, 1989.

<sup>3</sup> CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 40.

<sup>4</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996, p. 1996, p. 9-10.

<sup>5</sup> PINTO, Céli Regina. *A sociedade e seus discursos*. In: \_\_\_\_\_. *Com a palavra o senhor Presidente José Sarney*. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 51-52 e 55.

político-partidário caracterizado pela formulação de duas visões distintas e divergentes, uma, a do aliado/partidário e, outra, a do inimigo/adversário, numa constante luta entre o “nosso” e o “do outro”. Tais discussões visavam a moldar a opinião pública, buscando atingir o mais diretamente possível o público leitor, numa clara manifestação dos efeitos da mídia<sup>6</sup> de então. Nessa época se manifestava um jornalismo consideravelmente imbuído pela notícia, em oposição à anterior hegemonia da imprensa de opinião, de modo que a informação é a principal preocupação e objetivo. Ainda assim, esse caráter informativo viria a transportar de imediato à polêmica sobre o conteúdo da informação, à sua verdade ou à sua manipulação<sup>7</sup>, uma vez que o caráter tendencioso dos jornais não seria deixado de lado, cada qual defendendo suas específicas visões de mundo. O poder de convencimento do jornalismo de então se dava de forma ainda mais enfática e contundente, a partir do reconhecimento público dos homens de letras que serviam então às redações dos periódicos<sup>8</sup>, que intentavam angariar ainda maior legitimidade ao discurso jornalístico de cunho político-partidário. Nesse quadro, *O Século* e o *Diário Ilustrado* representariam muito a contento o conflito discursivo em torno das idéias monárquicas e republicanas, levando em conta os acontecimentos no Brasil naquele final de 1889<sup>9</sup>.

*O Século* foi fundado como órgão do partido republicano e viria a ser um dos mais importantes periódicos da história da imprensa portuguesa, dedicando suas páginas também à ampla difusão de informações, à divulgação de folhetins e à inovação dos números ilustrados de domingo, em edições especiais de oito páginas, além de promover constante aumento de tiragem. A expressão de suas convicções republicanas levaria por vezes a uma vigilância próxima, ou mesmo a atitudes coercitivas de segmentos governamentais. À virada do século, o periódico figurava como um dos jornais de maior prestígio no contexto luso<sup>10</sup>, contando com amplo acolhimento público, para o que muito contribuiu o estado de efervescência em que se encontravam os

---

<sup>6</sup> TRAQUINA, Nelson. A redescoberta do poder do jornalismo. In: \_\_\_\_\_. *O poder do jornalismo*. Coimbra: Minerva, 2000, p. 14.

<sup>7</sup> ALVES, José Augusto dos Santos. *O poder da comunicação*. Cruz Quebrada: Casa das Letras, 2005, p. 164.

<sup>8</sup> PEIXINHO, Ana Teresa. Escritores e jornalistas: um estudo de caso. In: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (Coord.). *Outros combates pela História*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 426.

<sup>9</sup> Adaptação do trabalho apresentado no Colóquio Internacional Os Açores, a I Guerra Mundial e a República Portuguesa no Contexto Internacional – abril de 2011.

<sup>10</sup> TENGARRINHA, op. cit., p. 234, 237, 255 e 258-259.

ânimos políticos<sup>11</sup>, e sua longeva circulação se estenderia de 1881 a 1983<sup>12</sup>.

Em seu “número-programa”, lançado “ao país”, em 1880<sup>13</sup>, o jornal fazia uma apresentação fortemente vinculada à sua natureza político-partidária. Afirmava o periódico que os partidos monárquicos estavam vivendo uma vida emprestada, sem elevação moral, sem dignidade e sem caráter, num quadro em que, a tal imensa reação conservadora de hipocrisia, de falsidade e de mentira, convinha opor uma grande e uma sólida ação democrática de verdade, de justiça e de sinceridade, de modo que para isso teria sido fundado *O Século*, ou seja, para ser justo, verdadeiro e independente. Segundo a concepção da folha republicana, a sociedade portuguesa, no jogo desconjuntado das suas instituições representativas e das corporações viciadas, tenderia fatalmente a dissolver-se por uma completa ausência de convicções sérias e por uma absoluta escassez de educação científica e profissional.

De acordo com a publicação, diante das circunstâncias descritas, para que um jornal estivesse coadunado com o seu tempo e a sua época, bem como para destruir o egoísmo pessoal em que tudo se baseava, para honrar o trabalho e a consciência humana, para ser cidadão útil, para ser mais alguma coisa do que uns simples imitadores, sem brio e sem iniciativa, passava a ser publicado *O Século*, que considerava a si mesmo como uma publicação de combate e de bom senso. Concluindo sua apresentação, o periódico destacava que seus intentos seriam os mesmos do passado e os do futuro, quer seja, transformações amplas e radicais no organismo político nacional, a moralidade nos homens e o senso comum e justiça nos governos. Diante de tais metas, o jornal afirmava que se conseguisse cumpri-las, já teria preenchido uma altíssima missão de progresso e de civilização.

A instauração da república no Brasil seria recebida com grande entusiasmo pelo *Século*. Já no dia seguinte a tal mudança, diante das dúvidas que ainda pairavam no ar, o jornal publicava a manchete em forma de interrogação – “Proclamação da república no Brasil?” –, divulgando breve nota na qual relatava que um amigo recebera no dia anterior um telegrama que dizia: “República proclamada sem conflitos”<sup>14</sup>. Já na edição seguinte, a folha republicana mostrava-se

---

<sup>11</sup> BESSA, Alberto. *O jornalismo: esboço histórico da sua origem e desenvolvimento até aos nossos dias*. Lisboa: Liv. Ed. Viúva Tavares Cardoso, 1904, p. 173.

<sup>12</sup> RAFAEL, Gina Guedes; SANTOS, Manuela. *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Lisboa: Ministério da Cultura, 2001. v. 2, p. 271.

<sup>13</sup> O SÉCULO. Número programa – 1880, p. 1.

<sup>14</sup> O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.791, 16 nov. 1889, p. 1.

exultante com a certeza da mudança institucional no Brasil, estampando em letras garrafais, na primeira página e logo abaixo do título, a exclamação “Viva a República Brasileira!”, e destacava que a sua redação enviara telegrama a um líder do movimento rebelde, saudando a nascente república<sup>15</sup> (Figura 1).



- Figura 1 –

O teor de exultação marcava também o texto da edição que noticiava aquela mudança, afirmando a folha que acabara de ser finalmente proclamada a república no Brasil, de modo que, ao império, tornado impossível e intolerável ao generoso povo brasileiro, sucedera a política instituição dos homens livres e a pura democracia. Referindo-se à abolição da escravidão, o jornal considerava que a alteração da forma de governo trazia por significado um avanço ainda maior da liberdade, e que a terra onde havia pouco se proscreeva a condição servil das raças africanas não poderia continuar por largo tempo a consagrar a servidão

<sup>15</sup> O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.792, 17 nov. 1889, p. 1.

política ao arbítrio supremo de um ditador dissimulado nas enganosas aparências da soberania constitucional. A aversão do *Século* à monarquia ficava extremamente evidenciada, como ao destacar que se expungira finalmente da Carta do Novo Mundo aquela mácula, que infamava, com uma exceção contranatural e odiosa, a civilização da América, pois fora obliterada a tradição que ainda vinculava uma vasta região americana à sujeição monárquica de uma família privilegiada<sup>16</sup>.

A folha republicana lusa lembrava o axioma expresso pelo presidente norte-americano Monroe de que a América só pertencia aos americanos, e considerava que na concisa expressão desse aforismo ia naturalmente consubstanciado o pensamento de que a América, a terra da virgem e grandiosa natureza, a terra do futuro, a segunda pátria da civilização na humanidade, não poderia consentir as decrépitas instituições e os preconceitos. Segundo o jornal, a monarquia seria sempre uma incomparável infração ao direito, à igualdade, à justiça e à dignidade dos cidadãos, qualificando tal forma de governo como despotismo ou ditadura, às vezes mansa e hipócrita, e em outras, arrogante e insolente, ainda mais diante da inaceitável situação de milhões de homens obedecerem, pela intimação do direito hereditário e da missão divina dos monarcas, a um só homem, muitas vezes inapto para tal missão<sup>17</sup>.

Inevitavelmente, *O Século* utilizava os acontecimentos no Brasil para expressar seu espírito antimonárquico ante a conjuntura portuguesa. Para o periódico, os brasileiros, ou os portugueses da América, mais esforçados ou mais favorecidos, mais briosos ou mais felizes do que os seus irmãos da Europa, conseguiram implantar nas terras de Santa Cruz a suspirada instituição. Na mesma linha, afirmava que, se ainda não se fundara em Portugal a república, se poderia considerar com orgulho que, da velha e viciosa instituição monárquica lusa, viera a desentranhar-se, além dos mares, uma nova democracia, a cuja sombra viria a desenvolver-se e prosperar na sua riqueza e cultura o generoso povo brasileiro. Sem meias palavras, a folha exortava que se Portugal, no passado, levava ao Brasil a monarquia e a escravidão, pudesse agora este país inspirar com a sua audaz resolução a metrópole de outras eras, dando como retorno o exemplo da liberdade com a república<sup>18</sup>.

Buscando contrariar várias manifestações que, em outras publicações portuguesas, consideravam a mudança da forma de

---

<sup>16</sup> O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.792, 17 nov. 1889, p. 1.

<sup>17</sup> O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.792, 17 nov. 1889, p. 1.

<sup>18</sup> O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.792, 17 nov. 1889, p. 1.

governo brasileira como uma surpresa, para o *Século* tal acontecimento não fora tão inesperado como a primeira vista poderia parecer. De acordo com o periódico, a organização e o entusiasmo do partido republicano no Brasil teriam sido decisivos para a concretização daquela alteração, e que, para tais partidários, tudo já estaria inteligentemente previsto. Além de exaltar com ardor a ação dos republicanos, o jornal buscava apontar alguns dos erros na atuação do monarca brasileiro, como fatores aceleradores da mudança pela qual a monarquia brasileira arreventara-se e passara ao livro dos registros mortuários, tornando-se a república um fato consumado<sup>19</sup>.

A folha partidária da república também contradizia outros jornais que renunciavam os riscos que a forma republicana poderia trazer à unidade territorial brasileira. O periódico destacava que os monarquistas vaticinavam o antagonismo e a luta civil entre as províncias, e respondia que estas, agora estados de uma federação, teriam aderido espontaneamente ao grande movimento nacional. Ainda lembrava que, embora os opositores à república augurassem tremendas perturbações econômicas e sociais, a ordem reinava mais assegurada do que antes e a autoridade adquiria, pelo consenso livre e o dedicado apoio dos cidadãos, a plenitude e a força benéfica do poder. No mesmo sentido, explanava que os jornais monárquicos clamavam que a república viria a ser o desmembramento do Brasil, e que já não mais perderia tempo discutindo tal perspectiva, considerada uma tolice, a qual estaria a revelar ou uma absoluta ignorância das doutrinas políticas, que confundia autonomia com desmembramento, ou uma suprema má fé, que os levava a mentir capciosamente para a ilusão dos ingênuos<sup>20</sup>.

O *Século* aplaudia a forma pacífica pela qual se instaurara a república no Brasil e fazia questão de chamar atenção para o temor que tal alteração estaria a surtir junto aos regimes monárquicos, o que teria feito com que fossem lançados impropérios contra a jovem república. Diante disso, o jornal exclamava que, apesar das injúrias, a república seguia a sua marcha e o Brasil intimara as monarquias européias à sua derradeira condenação e vaticinava que deveria ser aprendido naquele fausto exemplo como as monarquias adormeciam, tendo à cabeceira a coroa e as insígnias da majestade e, ao cabo de um sonho de fantasiado amor e devoção de um povo inteiro, acordavam, tendo junto de si a república a dizer mansamente que era chegada a hora de restituir a soberania à nação, sobre a qual exercera o seu domínio. Na perspectiva do periódico, a vitória da república naquela forte nação, filha

---

<sup>19</sup> O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.793, 18 nov. 1889, p. 1.

<sup>20</sup> O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.795, 20 nov. 1889, p. 1-2.



dileta e primogênita de Portugal, ensinara aos republicanos portugueses como a fé ardente na pura democracia, a perseverança na pregação, a discrição aliada à fortaleza, a disciplina com plena consciência, a porfia sem temeridade e a moderação sem tibieza, auxiliadas pelos erros da monarquia e pela corrente republicana que ia arrastando no seu curso as decrépitas instituições, poderiam reproduzir um dia em outros climas o grande acontecimento do Brasil<sup>21</sup>.

Referindo-se à coincidência de datas, a publicação republicana lusa lembrava que a nova forma de governo no Brasil nascera no ano do centenário da Revolução Francesa, outro movimento que levava em frente os anseios republicanos. Mais uma vez a folha usaria tal mudança como exemplo a ser seguido, transmitindo à Europa a idéia da emancipação, a qual deveria ser respondida com a expressão: “avante, pela república!”<sup>22</sup>. As correlações entre o contexto brasileiro e o de Portugal continuariam a ser utilizadas como estratégia discursiva pela folha, como na matéria “Lição desaproveitada”, na qual afirmava que era sabido que uma das causas da proclamação da república no Brasil fora a perseguição sistemática aos militares, sobretudo aos de alta graduação, promovida pelos poderes estabelecidos, quando os sabiam aderentes aos princípios republicanos. Diante de tal constatação, o jornal manifestava seu desejo de que as suas consequências naturais não se fizessem esperar, e que a nação portuguesa pudesse incruentamente investir-se no uso pleno e pacífico da sua soberania até então burlada<sup>23</sup>.

Sempre combativo, *O Século* criticava ardorosamente qualquer possibilidade de intervenção européia no sentido da retomada monárquica no Brasil, argumentando que a América passara a ser, em todos os seus governos independentes e autônomos, uma vasta

---

<sup>21</sup> O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.799, 24 nov. 1889, p. 1.

<sup>22</sup> O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.801, 26 nov. 1889, p. 1. Nessa linha, o jornal afirmava: “Republicano, o Brasil já não poderá considerar-se daqui em diante um país isolado no seio da América, representando as velharias monárquicas que, na Europa, só têm concorrido para o retrocesso político e para a tirania mansa exercida no espírito timorato e irresoluto das massas populares. Republicano, o Brasil apressará o advento da república portuguesa, porque os nossos irmãos de além-mar, homens de mãos calejadas e de origem plebéia, hão de ser levados pelo patriotismo e pelo orgulho da sua raça a fazer causa comum com o movimento democrático que se acentua no nosso país, movimento que é preciso fazer crescer para que a honra e a independência de Portugal não corram o risco de afundar-se no mar eminente de uma bancarrota que a monarquia nos vem de há muito traiçoeiramente preparando. Que levantem o seu protesto e se emancipem da tutela realista todos quantos têm interesses ligados a esta boa terra portuguesa, explorada há meio século por um constitucionalismo gêmeo daquele que os nossos irmãos do Brasil acabam de expulsar, gloriosa e heroicamente, do seu território colossal e majestoso!”

<sup>23</sup> O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.805, 30 nov. 1889, p. 1.

confederação republicana, solidária pelos vínculos morais. Nesse quadro, segundo o jornal, uma possível cruzada contra a nova república no Brasil seria uma afronta e uma provocação aos países americanos, mormente aos Estados Unidos que reagiriam diante da mesma. Imputando práticas autoritaristas às monarquias, a folha trazia à baila mais uma vez as possíveis consequências dos acontecimentos no Brasil em relação ao continente europeu, afirmando que, não podendo afogar na terra brasileira a nascente democracia, os governos monárquicos poderiam pensar que o perigoso exemplo só seria conjurado em seus próprios territórios pelas providências profiláticas e pela higiene cautelosa da repressão e do terror<sup>24</sup>.

Ao longo do último mês de 1889, *O Século* continuaria a dar amplo destaque à mudança na forma de governo brasileira. A presença de D. Pedro II em Portugal foi noticiada de forma tênue e brevemente descritiva, ressaltando a tristeza do soberano decaído principalmente pelas perdas que sofrera, fazendo sempre questão de referir-se a ele como “ex-imperador” ou “imperial exilado”<sup>25</sup>. A exultação com os acontecimentos no Brasil permaneceria ao longo de várias edições, inclusive com matérias que retomavam o tema, descrevendo em pormenores os fatos desencadeados no dia 15 de novembro daquele ano<sup>26</sup>. Na perspectiva de continuar travando analogias entre a alteração institucional no Brasil e o contexto português, o jornal publicou a matéria “A revolução brasileira e as liberdades em Portugal”, na qual afirmava que os aduladores da monarquia estavam experimentando naquele momento duas impressões estranhas e imprevistas, lisonjeando a realeza decaída, ao mesmo tempo em que maldiziam a revolução triunfante, diante do que reagia ao exortar que a revolução republicana no Brasil deveria servir de lição a todos os governos e a todas as instituições. Ao mesmo tempo, a folha noticiava constantemente as manifestações de apoio e adesões à nova república americana<sup>27</sup>.

O jornal republicano português apresentava-se mesmo como um ativo participante na alteração institucional brasileira, chegando a divulgar telegrama de autoridade pública saudando e agradecendo os

---

<sup>24</sup> O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.806, 1 dez. 1889, p. 1.

<sup>25</sup> O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.808, 3 dez. 1889, p. 1; O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.813, 8 dez. 1889, p. 1. Com ironia, o jornal tratava do exílio de Pedro II e, mais uma vez, vaticinava que o exemplo poderia ser seguido por outras nações, ao dizer: “E isto que aconteceu com este velho, aconteceria amanhã com o mais novo dos monarcas, se a revolução o derrubasse. Ai! pobres reis que crêem na sinceridade dos cortesãos, e que chegam a crer na afeição dos áulicos!...”

<sup>26</sup> O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.814, 9 dez. 1889, p. 1.

<sup>27</sup> O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.815, 10 dez. 1889, p. 1.

grandes serviços prestados pela sua redação à causa dos Estados Unidos do Brasil. Ao mesmo tempo o periódico insistia na afirmação de que se mantinha firme e gloriosa esta república sul-americana<sup>28</sup>, buscando assim contradizer àqueles que chamava de especuladores monárquicos que, com fins mais financeiros que políticos, vinham se entretendo em espalhar boatos aterradores acerca da ordem pública no Brasil, diante do que desmentia-os peremptoriamente<sup>29</sup>. Na mesma linha, a folha atuava no sentido de desconstruir, ponto a ponto, várias das premissas entabuladas em manifestações públicas de monarquistas brasileiros<sup>30</sup>, bem como acusava e repelia uma possível atitude do imperador emigrado e seus seguidores de estarem organizando em Lisboa um centro de reação contra a república do Brasil, destacando que o governo republicano brasileiro permanecia resolvido a suportar qualquer ação da família destronada que estaria a cometer um redobrar de fúrias contra a revolução brasileira<sup>31</sup>.

Já nos últimos dias de 1889, o *Século* retomava a premissa pela qual a queda do império brasileiro não surpreendera ninguém, uma vez que a monarquia na Velha Europa não tinha bases naturais, nem culto, nem o vigor dos princípios, que seriam os grandes e poderosos esteios das instituições, e, na América, arrastara-se na vida triste e desconfortada do pedinte, que se sustentava da caridade, do favor ou da generosidade<sup>32</sup>. Mantendo seus constantes embates, o jornal insistia em atacar aqueles que denominava caluniadores da república brasileira, ao dizer que não eram para estranhar as insidiosas suspeições com que os monarquistas em Portugal procuravam persuadir de que a república lutava já desde o seu berço com insuperáveis contradições nas terras do Brasil, ao que contradizia, explicando que tal forma de governo estava fundada e a restauração monárquica seria ali tão impossível como a volta dos Bourbons ou dos Bonapartes na França ou como a ressurreição do senhorio britânico no solo abençoado e fecundíssimo da poderosa democracia norte-americana. Nas páginas do periódico eram seguidamente divulgadas as correspondências trocadas entre os seus redatores e autoridades públicas brasileiras, bem como cartas favoráveis à extinção da monarquia no Brasil e saudações oriundas de diferentes partes de Portugal à jovem república brasileira<sup>33</sup>.

---

<sup>28</sup> O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.824, 19 dez. 1889, p. 1.

<sup>29</sup> O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.825, 20 dez. 1889, p. 1.

<sup>30</sup> O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.826, 21 dez. 1889, p. 1.

<sup>31</sup> O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.828, 23 dez. 1889, p. 1.

<sup>32</sup> O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.831, 27 dez. 1889, p. 1.

<sup>33</sup> O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.833, 29 dez. 1889, p. 1; O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.834, 30 dez. 1889, p. 1; O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.835, 31 dez. 1889, p. 1.

Do outro lado do conflito discursivo, como um dos tantos representantes da imprensa portuguesa de cunho monarquista, esteve o *Diário Ilustrado*. Fundado em 1872, esse jornal progressivamente se afirmaria como uma importante publicação. Diferenciava-se em relação a muitas das demais folhas então em circulação exatamente por ter ilustrações, trazendo a público diariamente retratos de personagens e gravuras de paisagens e acerca de usos e costumes. Ainda que se anunciasse como uma folha independente, o *Diário* foi um ardoroso defensor da monarquia e chegou muitas vezes a ser qualificado com adjetivações pejorativas de parte de outros jornais, tendo em vista seu extremado governismo, de modo que, mesmo em períodos de maior repressão às atividades jornalísticas, continuaria a conseguir manter sua circulação<sup>34</sup>, a qual se estendeu desde aquele ano até 1910<sup>35</sup>.

O *Diário Ilustrado* também se utilizou da estratégia de lançar uma edição a título de “número-programa”<sup>36</sup>, em junho de 1872, no qual destacava que começaria a circular no primeiro dia do mês seguinte. Anunciava que sairia todos os dias do ano, sem exceção, e buscava demarcar seu caráter diferenciado no que tange a estampar motivos iconográficos, prevendo que cada número traria sempre uma ou mais gravuras executadas pelos principais artistas nacionais e estrangeiros. Divulgava também que seria utilizado o melhor papel para publicações daquele gênero, e que o tipo seria renovado duas ou três vezes por ano, para que o jornal fosse sempre perfeitamente impresso. Para além das condições técnicas, o periódico destacava as seções que pretendia levar a público: Boletim do dia, Notícias de Lisboa, das províncias e do estrangeiro, Revista política da Europa, Revista literária e teatral, Descrição das gravuras e Folhetins.

Já no que tange à parte ilustrada, o jornal anunciava que publicaria retratos de todos os homens mais notáveis de Portugal e do estrangeiro; vistas e monumentos mais célebres de Portugal, Brasil, Espanha, França, entre outros; desenhos reproduzindo os acontecimentos mais notáveis da semana ou do mês; desenhos de modas copiados dos principais jornais de Paris e Londres, de forma que pudesse o leitor prescindir da assinatura dos jornais estrangeiros do gênero; uma revista mensal ilustrada e tipos populares devidos aos humorísticos lápis de caricaturistas da época; brasões de armas de todas as terras de Portugal, acompanhados do resumo do foral em que foram concedidas, e plantas e cartas topográficas, sempre que alguns

---

<sup>34</sup> TENGARRINHA, 1989, p. 258.

<sup>35</sup> RAFAEL; SANTOS, 2001, v. 1, p. 257.

<sup>36</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Número programa – jun. 1872, p. 1.

acontecimentos importantes as tornassem necessárias.

Nesse “número-programa”, o *Diário Ilustrado* já publicou o Boletim do dia, no qual afirmava que, ao alistar-se nas honradas fileiras do jornalismo, não tinha que hastear o seu pendão político, e que não pretendia entrar na liça para servir aos interesses de nenhum partido. Explicava, entretanto, que tal posição não significaria uma sistemática abstenção de expender as suas opiniões acerca dos negócios que interessavam ao país, uma vez que considerava o indiferentismo político como um delito social, o qual a imprensa não poderia instigar com o exemplo ou com o conselho. Declarava que, se o jornalismo tinha uma missão civilizadora a cumprir, buscando esclarecer o público com o facho luminoso da razão e da ciência, nenhum assunto lhe poderia nem deveria merecer mais a atenção do que aquele que se referia à vida nacional, de modo que era estimulando os leitores a se interessarem pelo bem da pátria, quer no progresso intelectual, quer no desenvolvimento da indústria, do comércio, quer no estudo dos conhecimentos econômicos, sociais e administrativos, quer enfim no constante movimento que resultava da aplicação dos princípios à gerência dos negócios públicos, que se poderia educar os bons e prestimosos cidadãos e preparar os elementos para tornar-se realizável a descentralização do poder, considerada como o grande desiderato da escola liberal, a qual buscaria implantar, sem sofismas, nos países cultos, o governo do povo pelo povo.

De acordo com essa perspectiva, o *Diário* opinava que, se um jornal, mesmo que noticioso, se abstivesse de desassombradamente expor as suas idéias sobre as questões políticas, ou discutindo-as no campo dos princípios, ou contestando-as na sua aplicação prática, não representaria mais do que uma inutilidade ou uma hipocrisia. Dessa forma, a inutilidade se daria mesmo quando a abstenção da folha fosse sincera, pois, recusando-se a cumprir uma das mais importantes partes da sua missão, ficava limitada a apenas rivalizar com as folhas avulsas, nas quais outrora os cegos apregoavam pela cidade os acontecimentos pavorosos que estimulavam a curiosidade pública. Já a hipocrisia estaria a ocorrer quando, sob o pretexto do indiferentismo afetado, a publicação fosse servindo aos interesses de uma facção, esquivando-se à responsabilidade que a cada um cabia pelas idéias que sustentava ou pelas doutrinas que advogava.

Em relação a essas duas tendências, o periódico garantia que seguiria um outro caminho, anunciando que buscaria ser imparcial no julgamento dos homens e dos seus atos, prestando homenagem a cada um, sem lhes indagar as procedências, sem se deixar influenciar pelo espírito apaixonado das facções que tinham razão de existir e que eram

até úteis, na grande luta em que se empenhavam os órgãos dos diferentes partidos militantes, mas que, num jornal que não vinha à arena das discussões pugnar sob o pendão de nenhum partido, acima de inúteis, seriam condenáveis. Considerava, ainda, que a honestidade dos homens públicos lusos e o seu empenho em bem servir à pátria estariam a autorizar o jornalismo independente a fazer justiça a todos, sem vislumbres de servilismo, e ficando-lhe a liberdade plena de aplaudir ou condenar os seus atos, segundo o consciencioso critério, com que deveriam ser julgados.

A primeira notícia sobre a proclamação da república no Brasil expressa no *Diário Ilustrado* foi editada na forma de uma dúvida quanto à mudança institucional brasileira, tratada ainda como um boato, mas já nessa breve nota o jornal demonstrava suas convicções quanto à substituição da monarquia pela república, afirmando que custava acreditar que o grande império tivesse se lançado nas aventuras da república, nos últimos dias da vida de um soberano que todo se dedicara à felicidade do seu povo<sup>37</sup>. No dia seguinte, a folha permanecia reticente quanto aos acontecimentos no Brasil, destacando que houvera uma revolução republicana circunscrita ao Rio de Janeiro e que não se espalhara pelo país, e mantinha sua posição, manifestando sua convicção de que tal revolução seria sufocada mais cedo ou mais tarde pelos poderes constituídos, permanecendo Pedro II no trono como o mais indefesso promotor dos progressos e liberdades nacionais<sup>38</sup>.

Três dias após a proclamação, o *Diário* viria a reconhecer que a revolta republicana fora vencedora no Rio de Janeiro, enfatizando que esta só surtira efeito graças ao apoio militar. Explicava que ainda fazia falta uma quantidade maior de informações sobre os acontecimentos e opinava que era duvidoso o destino da nova forma de governo. O jornal explicitava seu receio de que o grande império americano entrasse, por efeito de uma aventura política, naquela instabilidade de governos que paralisa todos os aumentos de riqueza pública e todos os progressos sociais. Advertia que o Brasil poderia se governar como entendesse e quisesse, mas que aquela publicação, monárquica por convicção, não deixaria de ver um perigo na transformação política que acabara de se operar<sup>39</sup>. No mesmo sentido, o periódico opinava que a mudança institucional no Brasil só ocorrera pelos vaivéns do destino, de modo que o imperador fora derrubado somente pelo uso da força, vendo-se obrigado a sair de seu país de forma desrespeitosa, inclemente,

---

<sup>37</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 5.969, 16 nov. 1889, p. 2.

<sup>38</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 5.970, 17 nov. 1889, p. 2.

<sup>39</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 5.971, 18 nov. 1889, p. 2.

desapiedada e cruel, sem que fossem lembradas suas virtudes comprovadas, seus serviços valiosos e suas bondades incomparáveis, num ato qualificado como de desumanidade e ingratidão de parte do povo brasileiro<sup>40</sup>.

Somente a 20 de novembro, após a adesão das demais províncias brasileiras, o *Diário Ilustrado* aceitaria o triunfo da causa republicana no Brasil, mas continuava a considerar surpreendentes os acontecimentos que se desenrolavam neste país, e colocava em dúvida as notícias dele vindas, tendo em vista que os novos detentores do poder estavam de posse dos meios de comunicação. Ao mesmo tempo, a folha negava qualquer tipo de repercussão desse movimento republicano em Lisboa e qualificava tais rumores como profundamente falsos e cômicos<sup>41</sup>. A partir de então, o jornal por diversas vezes passaria a destacar fragmentos de textos oriundos de vários representantes da imprensa acerca dos episódios desencadeados no Brasil a partir do 15 de novembro. Além disso, o periódico viria a contradizer os despachos emitidos pelo governo brasileiro, que apresentavam a situação como sendo a mais favorável, citando indicações de que nem tudo marchava tão bem como aqueles interessados pretendiam, apontando mormente para perseguições e agitações que estariam acontecendo no Brasil<sup>42</sup>. A publicação monarquista lusa permaneceria editando transcrições de vários outros jornais, principalmente estrangeiros, mas não deixava de considerar que junto à jovem república nem tudo corria tão bem quanto os novos detentores do poder buscavam demonstrar<sup>43</sup>.

A vinda e a permanência em Portugal do imperador brasileiro apeado do trono seria um tema profundamente destacado pelo *Diário*. Embora tivesse chegado a publicar o retrato e uma pequena biografia de dois históricos representantes do republicanismo brasileiro<sup>44</sup>, não deixava de lado suas filiações monárquicas, lançando também uma edição na qual estampava uma gravura com efígie de Pedro II, ocupando boa parte da primeira página, portanto bem maior do que aquelas dedicadas aos republicanos, além de várias colunas alusivas ao

---

<sup>40</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 5.972, 19 nov. 1889, p. 2.

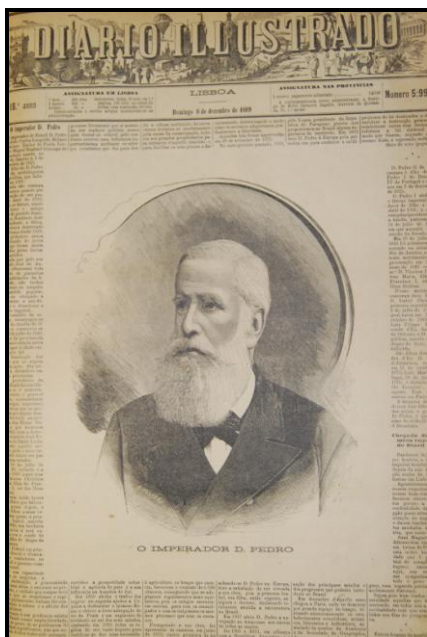
<sup>41</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 5.973, 20 nov. 1889, p. 2; DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 5.974, 21 nov. 1889, p. 2; DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 5.975, 22 nov. 1889, p. 2.

<sup>42</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 5.978, 25 nov. 1889, p. 2.

<sup>43</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 5.981, 28 nov. 1889, p. 2.

<sup>44</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 5.987, 4 dez. 1889, p. 1; DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 5.988, 5 dez. 1889, p. 1.

soberano decaído<sup>45</sup> (Figura 2). No número seguinte, o periódico transcrevia várias notícias acerca do Brasil, aproveitando-se das informações dos jornais recém-chegados, além de publicar mais uma página especial onde figuravam D. Pedro II, sua esposa e um neto<sup>46</sup> (Figura 3).



- Figura 2 -



- Figura 3 -

As matérias acerca dos acontecimentos no Brasil continuariam a ser recorrentes nas edições do *Diário Ilustrado*, restringindo-se, normalmente, a fazer transcrições e a descrever aqueles episódios. Além disso, a família imperial brasileira ocuparia muitas colunas do jornal ao longo de dezembro de 1889. Breves biografias e retratos de membros do novo ministério brasileiro também viriam a estampar as páginas do periódico, mas, ao mesmo tempo, manifestos redigidos por monarquistas brasileiros eram transcritos na íntegra pela publicação

<sup>45</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 5.991, 8 dez. 1889, p. 1-2.

<sup>46</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 5.992, 9 dez. 1889, p. 1-2.



portuguesa<sup>47</sup>. A postura mais descritiva da folha não significava passividade plena diante das manifestações das publicações lusas de cunho republicano em favor da causa brasileira. Nesse sentido, o *Diário* buscou menoscar e até ridicularizar as conexões entre os partidários do republicanismo nos contextos luso e brasileiro, além de tecer severas censuras aos representantes da imprensa portuguesa vinculados ao ideário antimonárquico que, segundo o *Ilustrado*, pretendiam que as folhas opositoras à república se calassem acerca dos fatos no Brasil para não colocar em risco a colônia portuguesa ali residente, o que, de acordo com o jornal, seria inaceitável e prova irrefutável das tendências autoritárias e jacobinas das forças republicanas<sup>48</sup>.

Assim, esta brevíssima amostragem exemplificativa na forma de dois estudos de caso permite o conhecimento de um microcosmo bem representativo do que foi o universo de reações da imprensa portuguesa diante da proclamação da república no Brasil. De um lado o combativo *O Século* dando o mais amplo destaque aos acontecimentos no Brasil, inclusive em termos gráficos, já que praticamente todos os fatos brasileiros ganhavam espaço na primeira página, muitas vezes como matéria editorial e até com grande manchete. Para essa folha, a república no Brasil trazia por significado o incremento à sua campanha em prol da mudança na forma de governo também no contexto português. Já o *Diário Ilustrado* seria bem mais comedido na cobertura dos episódios desencadeados no Brasil, uma vez que, apesar de acompanhá-los diariamente, tais notícias ocupavam rotineiramente a segunda página, sobressaindo um caráter mais descritivo que opinativo. Defensor da monarquia, o *Diário* abordava as mudanças no Brasil por um prisma negativo, qualificando-as como uma aventura política, um

---

<sup>47</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 6.0003, 20 dez. 1889, p. 1; DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 6.004, 21 dez. 1889, p. 1-2; DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 6.006, 23 dez. 1889, p. 2; DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 6.009, 26 dez. 1889, p. 2; DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 6.010, 27 dez. 1889, p. 2.

<sup>48</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 6.009, 26 dez. 1889, p. 2. Sob o título de "Republicanos originais", o *Diário* afirmava: "Lemos amiúde nos jornais republicanos cá da nossa terra, que todos devemos estar muito caladinhos sobre os acontecimentos no Brasil. Nada de críticas: nem um *oh* de admiração, nem sequer um *ai* de sofrimento. E os republicanos cá da nossa terra explicam-se, dizem as razões e expõem os motivos por que se deve abrir uma exceção à liberdade que cada um deve ter de manifestar o seu pensamento, liberdade que para eles não tem limites, excetuando a crítica que incida sobre o pronunciamento de 15 de novembro: é para que a colônia portuguesa no Rio de Janeiro não sofra as consequências da opinião que possam ter alguns dos jornais portugueses. Ora, este conceito, devemos confessar, traduz a fatura da gente jacobina da nossa pátria estremecida; é uma fotografia de como eles são feitos por dentro, nos pensamentos e nas idéias; dá a medida da sua *liberdade*; mostra como os de cá, conhecendo-se, avaliam e compreendem os de lá!"

acaso do destino ou uma surpresa, buscando apontar para os possíveis malefícios que tais alterações poderiam trazer à ex-colônia lusa.

Esta introdutória amostra reflete o quanto foi relevante a mudança na forma de governo brasileira para o acirramento do conflito discursivo entre republicanismo e monarquismo em Portugal, desencadeando-se um processo histórico que encontraria significativo eco através da imprensa. Exaltar a alteração institucional no Brasil, aplaudi-la, apoiá-la, vê-la com desconfiança, censurá-la, contradizê-la ou mesmo combatê-la foram apenas algumas das reações advindas da sociedade lusa que os jornais registrariam de modo recorrente. As comparações, conexões e inter-relações estabelecidas entre o caso brasileiro e o português seriam inevitáveis e sustentariam por vários anos construções discursivas conflitantes. Apesar de uma sobrevivência prolongada ainda por dois decênios, a já abalada monarquia portuguesa sofreria mais um revés com a deflagração da república no Brasil, a qual se somou ainda a outros episódios que se seguiriam, como as amplas manifestações lusófonas ocorridas no Brasil, os desentendimentos diplomáticos e a própria ruptura luso-brasileira, fatores que, de algum modo, contribuiriam para enfraquecer ainda mais a forma de governo reinante em Portugal. Aquele final de ano de 1889 constituiria assim mais um passo decisivo na batalha monarquia X república que se arrastaria pelas décadas seguintes no âmago do jornalismo e no seio da nação portuguesa. Era como se fosse um espelho às avessas, no qual um país olhava para o outro e tentava enxergar-se republicano ou monarquista e a imprensa emoldurava os reflexos, reproduzindo imagens positivas ou negativas e tecendo representações discursivas, de acordo as filiações político-ideológicas então em voga.